

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de novembro de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Propriedade Intelectual

Crise do chip automotivo Nexperia atinge Europa, EUA e China e ameaça a indústria brasileira	3
<small>REDAÇÃO CNBC</small>	

Fator Brasil - Online | BR

Propriedade Intelectual

Tecnologia Neural em Ascensão na China: oportunidades e Riscos no mercado internacional ...	5
<small>CANAL</small>	

Migalhas | BR

31 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Aspectos jurídicos e registraís do nome empresarial	7
---	---

MSN Notícias | BR

31 de outubro de 2025 | Direitos Autorais

Nintendo vence processo contra streamer que pirateou diversos jogos da empresa antes do lançamento	10
<small>MSN</small>	

O Debate Online | BR-MG

Propriedade Intelectual

Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"	11
<small>O DEBATE</small>	

Terra - Notícias | BR

31 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

Getty e Perplexity assinam acordo para impulsionar recursos de busca de imagens com IA	13
<small>KRITIKA LAMBA</small>	

IstoÉ Dinheiro Online | BR

31 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Inpi emite registro de indicação geográfica para ostra do Paraná	14
<small>ÚLTIMAS AUTOR ISTOEDINHEIRO.COM.BR</small>	

Crise do chip automotivo Nexperia atinge Europa, EUA e China e ameaça a indústria brasileira



A fabricante de chips Nexperia, sediada na Holanda, está no centro de um impasse entre a União Europeia, os EUA e a China, que desencadeou uma crise para as montadoras globais e ameaça a paralisação da produção das fábricas de automóveis brasileiras.

O governo holandês assumiu o controle da Nexperia, empresa pertencente à chinesa Wingtech, em outubro, alegando preocupações com a segurança nacional. A medida levou Pequim a bloquear a saída dos produtos Nexperia da China.

Reuniões estão em andamento na Europa neste sábado para tentar amenizar a escalada do problema, e as autoridades chinesas e americanas parecem estar abrindo caminho para que as operações da Nexperia na China retomem a exportação de chips automotivos essenciais.

Representantes da Casa Branca e da Nexperia não responderam imediatamente a um pedido de comentário.

Por enquanto, porém, a cadeia de suprimentos da indústria automobilística ainda está em situação incerta.

A disputa ameaça a produção de veículos em todo o mundo, já que as montadoras alertam para a iminente escassez de componentes da fabricante de chips, essenciais para as funções elétricas básicas dos carros e

difíceis de substituir em curto prazo.

A batalha se desenrolou em meio a um escrutínio crescente das empresas de tecnologia ligadas à China por parte de governos ocidentais, incluindo os EUA, que recentemente endureceram as regras de controle de exportação para limitar as **transferências** de tecnologia para entidades de propriedade chinesa.

A Wingtech, proprietária da Nexperia, foi incluída em uma lista negra dos EUA em dezembro de 2024 por seu suposto papel "em auxiliar os esforços do governo chinês para adquirir entidades com capacidade de fabricação de semicondutores sensíveis".

Eis o que você precisa saber sobre o andamento da disputa e por que isso é importante.

Por que os chips Nexperia são tão importantes?

A Nexperia fabrica bilhões de chips básicos, transistores, diodos e componentes de gerenciamento de energia, produzidos na Europa, montados e testados na China e, em seguida, reexportados para clientes na Europa e em outros lugares. Cerca de 70% dos chips fabricados na Holanda são enviados para a China para serem finalizados e reexportados para outros países.

Os chips são básicos e baratos, mas necessários em praticamente todos os dispositivos que utilizam eletricidade. Em carros, esses chips são usados para conectar a bateria aos motores, para luzes e sensores, para sistemas de freio, controladores de airbags, sistemas de entretenimento e vidros elétricos.

A Nexperia teve vendas de 2 bilhões de dólares no ano passado.

No final de outubro, montadoras como a Volkswagen.

Continuação: Crise do chip automotivo Nexperia atinge Europa, EUA e China e ameaça a indústria brasileira

A Nissan Motor e a Mercedes-Benz soaram o alarme sobre possíveis cortes na produção caso as exportações de chips da Nexperia sejam interrompidas por um longo período.

Embora as montadoras normalmente tenham alguns estoques e fornecedores alternativos, é difícil mudar as fontes de suprimento da noite para o dia.

O que aconteceu e qual é a situação atual?

Em setembro, o governo holandês invocou uma lei da época da Guerra Fria para assumir o controle efetivo da Nexperia, em meio a preocupações de que seu proprietário chinês estivesse planejando transferir a **propriedade** intelectual para outra empresa de sua propriedade. Um tribunal holandês também suspendeu o CEO da Nexperia, Zhang Xuezhen, fundador da Wingtech, alegando má gestão.

Semanas depois, Pequim retaliou impondo controles de exportação a certos produtos Nexperia fabricados na China, aumentando as tensões e alimentando temores de um choque mais amplo na cadeia de suprimentos. Isso levou a empresa a informar às montadoras que não poderia mais garantir o for-

necimento.

Mas sinais de um avanço começaram a surgir.

Na sexta-feira, surgiram relatos de que os EUA planejam anunciar que a Nexperia retomará o envio de chips sob um acordo-quadro alcançado durante as negociações entre o presidente Donald Trump e o líder chinês Xi Jinping, citando fontes familiarizadas com o assunto. E no sábado, a China afirmou que isentará alguns chips da Nexperia de sua proibição de exportação. Autoridades chinesas não especificaram quais seriam essas isenções.

"Vamos analisar cuidadosamente a situação real da empresa e isentar as exportações elegíveis", afirmou o Ministério do Comércio da China em comunicado.

Se finalizadas, as isenções poderiam aliviar a pressão imediata sobre as montadoras. Mas a disputa mais ampla sobre propriedade, controle da tecnologia e supervisão de segurança permanece sem solução.

Tecnologia Neural em Ascensão na China: oportunidades e Riscos no mercado internacional

CANAL

A China acabou de lançar um plano nacional ambicioso com o objetivo de liderar globalmente o setor de Interfaces Cérebro-Computador e Inteligência Computacional e Cognitiva (ICCs), tecnologias capazes de conectar diretamente o cérebro humano a dispositivos digitais. O documento oficial, elaborado por sete ministérios chineses e publicado pelo Conselho de Estado, estabelece metas de avanços técnicos até 2027 e busca consolidar a liderança industrial da China até 2032.

A estratégia chinesa se diferencia pela forte coordenação entre governo central, órgãos reguladores, universidades e empresas privadas. Essa articulação acelera a transição da pesquisa básica para aplicações clínicas e comerciais, o que tem gerado atenção internacional, especialmente entre países com laços econômicos relevantes com a China - como o Brasil. Em um cenário onde o ritmo de inovação supera a capacidade de adaptação regulatória em muitos mercados, empresas estrangeiras interessadas em importar ou distribuir essas tecnologias devem considerar desde cedo os aspectos legais e regulatórios envolvidos.

O plano está estruturado em cinco grandes eixos estratégicos, que funcionam como laboratórios integrados: desenvolvimento de componentes essenciais; integração entre hardware e software; aplicações médicas; dispositivos não invasivos para uso cotidiano; e construção de um ecossistema industrial e regulatório. Esses centros atuam como plataformas de transformação científica, com metas claras de aplicação industrial e comercial.

Os resultados práticos já são visíveis. Empresas como a NeuroXess e a NeuCyber NeuroTech demonstraram avanços clínicos significativos. Em Shanghai, pacientes com paralisia conseguiram controlar aplicativos e jogar xadrez utilizando apenas

sinais cerebrais. O chip Beinao-1, do Instituto Chinês de Pesquisa Cerebral, apresentou estabilidade e segurança em testes clínicos, sinalizando que a tecnologia está pronta para expansão global.

A China também aposta no mercado de consumo com dispositivos ICCs não invasivos, como fones de ouvido, capacetes e óculos com sensores neurais. Aplicações incluem monitoramento de fadiga em motoristas, prevenção de acidentes industriais e controle de videogames pelo pensamento. A capacidade chinesa de escalar a produção desses dispositivos, somada à sua liderança em manufatura eletrônica, reforça a expectativa de que esses produtos entrem em mercados internacionais em breve.

O Brasil é, de fato, um mercado promissor para tecnologias emergentes. No entanto, a entrada dessas soluções no país exige atenção jurídica estratégica, de modo a garantir conformidade regulatória, segurança jurídica e liberdade de operação (*freedom to operate*), para que não ocorra a violação de direitos de **propriedade** intelectual. Além disso, tecnologias que processam sinais neurais lidam com dados pessoais sensíveis, como informações biométricas e neurofisiológicas, classificados como tais pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Isso demanda um alto nível de governança em privacidade, com medidas que assegurem transparência, consentimento e segurança da informação desde a concepção dos produtos.

Certamente, com isso, o arcabouço legislativo e regulatório brasileiro, poderá ganhar novos aportes e discussões, como por exemplo a reforma do Código Civil, que já se encontra em debate no Congresso Nacional. O texto da proposta traz os neuro direitos como parte indissociável da personalidade e lhe atribuem a mesma proteção legal, não podendo ser transmitidos, renunciados ou limitados. Isto, em úl-

Continuação: Tecnologia Neural em Ascensão na China: oportunidades e Riscos no mercado internacional

tima análise, testará a capacidade dos institutos jurídicos brasileiros, principalmente aqueles relacionados aos direitos da personalidade.

Ademais, intermediariamente, no Brasil, as soluções revolucionárias por ICCs podem suscitar outras questões referentes a saúde pública, como requerimentos de incorporação à rede pública de saúde (SUS) por atuação e recomendação da CONITEC, ações para fornecimento das novas soluções a pacientes que não possam custear o acesso à tecnologia, registros em entidades reguladoras, entre outras pretensões que precisarão ser analisadas e decididas no âmbito do sistema nacional. Esse cenário tipicamente brasileiro demanda um olhar atento dos agentes inovadores para o sistema e institutos do país.

Além disso, é possível imaginar que, com o avanço dessas tecnologias por diferentes empresas, de diferentes países, possam surgir questões de padronização e interconectividade. Isto, aliado às proteções por patentes dos players inovadores, pode

lançar desafios competitivos ao mercado e aos sistemas jurídicos, como temos acompanhado nas disputas de patentes essenciais (SEPs), nova fronteira dos confrontos geopolíticos e tecnológicos entre potências mundiais.

Em síntese, a China avança de forma estratégica em um campo de altíssimo impacto social e econômico. A ascensão das tecnologias neurais - ainda em fase de discussão e observação em muitos países - exige dos players internacionais uma postura cautelosa, informada e juridicamente bem orientada. Para empresas estrangeiras, inclusive chinesas, que buscam operar no Brasil com soluções baseadas em ICCs, a presença de um parceiro jurídico especializado em **propriedade** intelectual, proteção de dados e regulação tecnológica será não apenas útil, mas essencial.

Por: Danielle Campello e Paulo Armando Innocente de Souza são advogados do Di Blasi, Parente & Associados.

Aspectos jurídicos e registrais do nome empresarial



Como proteger o nome empresarial em todo o território nacional

O nome empresarial é um dos principais elementos de identificação jurídica do empresário e das sociedades. Mais do que um signo distintivo, trata-se de um ativo imaterial com relevância econômica, reputacional e jurídica. De acordo com o DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração 1, o nome empresarial é aquele sob o qual o empresário individual, as sociedades empresárias e as cooperativas exercem suas atividades e se obrigam nos atos a elas pertinentes, ou seja, é o nome que uma empresa utiliza para ser legalmente identificada. O nome empresarial compreende a firma e a denominação. Em linhas gerais, a firma deve ser composta pelo nome civil ou social 2 do empresário individual ou de um ou mais sócios da sociedade, desde que pessoas físicas. Já a denominação é formada com palavras de uso comum ou popularizado na língua nacional ou estrangeira e ou com expressões de fantasia, podendo nela figurar o objeto da sociedade. Nos termos do art. 33 da lei 8.934/94, a proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos perante a Junta Comercial competente. Essa proteção está vinculada

aos princípios da veracidade e da novidade, conforme art. 34 da mesma lei e art. 62 do decreto 1.800/96. A priori, a proteção ao nome empresarial se circunscreve à unidade federativa de jurisdição da Junta Comercial que o tiver registrado, ou seja, ao Estado onde a empresa está localizada. Contudo, é possível estender essa proteção para todo o território nacional, mediante a abertura de filial em outro Estado ou através do arquivamento de pedido específico de proteção de nome empresarial, nos locais onde tiver interesse, podendo ser em todas as juntas comerciais. É a previsão do § 3º do art. 20 da IN DREI/MEMP nº 1: 3º Havendo interesse em que o nome empresarial seja protegido em mais de uma unidade da federação, após o arquivamento da proteção do nome empresarial, o interessado poderá, mediante a apresentação da viabilidade de nome empresarial deferida, arquivar o pedido de extensão de proteção ao nome empresarial em cada UF em que deseja ter o nome protegido, mediante o pagamento do preço público correspondente.

Merece destaque, que a disciplina normativa do nome empresarial foi substancialmente alterada com a edição da Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1, de 5 de janeiro de 2025, que revogou os arts. 18 a 26 da anterior IN DREI nº 81, de 2020. As principais mudanças trazidas pelo novo regulamento foram: I - Possibilidade de uso do nome social na firma do empresário individual (art. 5º, I, "g"). II - Reintrodução da distinção entre nome comum e nome incomum, relevante para análise de colidência 3 (art. 5º, II). III - Estabelecimento de critérios objetivos para a aferição de identidade e semelhança de nomes empresariais (arts. 13 a 16). IV - Previsão expressa de que a colidência poderá ser analisada inclusive com base em registros de outros órgãos, não apenas da Junta Comercial (art. 15 e parágrafo único do art. 1.155 do Código Civil); V - Nome empresarial x Marca: admissão do uso de expressão incomum (fantasia ou criação) e de notório conhecimento público, desde que, expressamente, autorizado por aqueles que têm legitimidade; VI - Inclusão de vedações para o registro de nomes empresariais, em especial quando

conter as seguintes expressões: "cartório", "cartório extrajudicial", "tabelionato", "serventia", "serventia extrajudicial", se estes induzirem, por meio da descrição do objeto, a atividades praticadas por agentes delegados de serviços públicos (art.

14, §1º). VII - Reintrodução da proibição de registro de nomes semelhantes, mediante prévia análise pela junta comercial 4. VIII - Retorno da análise do nome empresarial de forma isolada, quando se tratar de "expressão de fantasia incomum" (art. 16, §2º). IX - Regulamentação do título de estabelecimento (nome fantasia) no art. 26. X - Detalhamento do processo de reexame administrativo e ampliação das hipóteses de alteração de ofício do nome empresarial (arts. 21 a 23). XI - Inclusão de procedimento recursal ao Plenário da Junta (no caso de identidade) e ao DREI (seja por identidade, seja por semelhança), em casos de colidência por identidade ou semelhança (arts. 24 e 25). Como podemos notar, houve alterações significativas no regramento do nome empresarial. A antiga norma, ainda que menos detalhada, garantia maior segurança jurídica na delimitação da competência da Junta Comercial, na medida em que preservava a atuação das Juntas Comerciais dentro dos limites de formalidade legal, como prevê o art.

40 da Lei nº 8.934, de 1994. A nova norma rompe com essa linha ao permitir que a Junta Comercial analise os nomes empresariais, levando em conta nomes registrados em outros órgãos, como é o exemplo das marcas, cujo órgão competente pela análise e registro é Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, o que pode gerar conflito com direitos marcários e subjetivos 5. Importante citar que na IN DREI nº 81 havia previsão de que não era competência da junta comercial verificar a existência ou não de colidência entre nome empresarial e marca registrada ou entre nome empresarial e denominações registradas em outros órgãos de registro. Tal previsão decorria do art. 1.163 do Código Civil que dispunha que o nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro. Por outro lado, a IN DREI/MEMP nº 1, de 2025, possibilita a análise de colidência com marcas registradas em outros órgãos, alterando a lógica anterior da IN nº 81, que limitava a

verificação à Junta Comercial.

Essa mudança pode gerar sobreposição de competências entre órgãos administrativos e insegurança jurídica. Ressaltamos que, a análise envolvendo órgãos de registro distintos era, até antes de 2025, uma competência exclusiva do Poder Judiciário, na medida em que envolve uma análise, que foge apenas das formalidades legais. Conforme precedente do STJ, REsp n. 1.944.265/R, "para aferição de colidência entre denominação empresarial e marca, além de se verificar o preenchimento do critério da anterioridade, deve se levar em consideração os princípios da territorialidade e da especificidade.". Por fim, a IN DREI/MEMP nº 1 tratou, pela primeira vez de forma clara, do registro do nome fantasia (ou título de estabelecimento) na Junta Comercial. Embora não seja tecnicamente protegido como o nome empresarial, sua inclusão no cadastro pode facilitar a identificação comercial e servir como base para eventuais impugnações.

Entretanto, a norma restringe o impacto jurídico do nome fantasia: a colidência entre títulos de estabelecimento não enseja o indeferimento do registro, cabendo apenas notificação ao empresário. De acordo com o art. 26 da IN DREI/MEMP nº 1, o título de estabelecimento ou nome fantasia caracteriza-se por ser expressão utilizada para identificar sua atividade, ou o local onde está sendo desenvolvida, ou, ainda, como o empresário é popularmente conhecido. Pode ser formado pela totalidade ou parte do nome empresarial ou por outra expressão que não atente contra a moral e aos bons costumes. Diante do exposto, o nome empresarial, enquanto elemento de identificação jurídica, econômica e reputacional do empresário e da sociedade, é muito mais que um requisito formal: trata-se de um ativo estratégico protegido por normas específicas e respaldado por princípios consolidados, como os da veracidade, da novidade e da territorialidade.

Por tudo isso, é essencial que empresários, advogados e contadores estejam atentos à nova disciplina normativa, buscando estratégias para assegurar o registro célere, bem como a ampla proteção do nome empresarial, inclusive fora do Estado

Continuação: Aspectos jurídicos e registrais do nome empresarial

de origem. Afinal, um nome bem protegido é também um negócio mais seguro. _____ 1. INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI /MEMP Nº 1, DE 05 DE JANEIRO DE 2025. 2. O DREI passou a permitir que o nome social seja adotado para a formação da firma, observando-se condições e critérios estabelecidos em lei especial (art. 5º, inciso I, alínea "g" da IN DREI 1/2025). 3. Através da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020, havia sido realizada uma importante simplificação no critério para verificação da colidência entre os nomes empresariais. Antes da edição do regulamento, o nome empresarial poderia ser analisado sob duas perspectivas, uma por inteiro quando se tratava de nome comum e, outra de forma isolada, quando se trava de nome incomum. Contudo, o entendimento do DREI, à época, foi de que o nome empresarial é o todo e não apenas determinada partícula ou expressão, de modo que não

existia amparo legal para continuar com a análise diferenciada quando os nomes forem compostos por termos que alguns consideram como "incomuns". 4. A Lei nº 14.195, de 2021, alterou a Lei nº 8.934, de 1994, para retirar a análise de semelhança pela junta comercial, de modo que a vedação para registro era apenas para nomes idênticos. Eventual semelhança entre nomes empresariais, poderia ser questionada pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao DreI (art. 35, inciso V e § 2º da Lei nº 8.934). 5. Veja as diferenças entre nome empresarial e marca: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/plataform> a-inte

grada-de-atendimento/marca-x-nome-empresarial-x-dominio

Nintendo vence processo contra streamer que pirateou diversos jogos da empresa antes do lançamento

A Nintendo ganhou um processo contra um criador de conteúdo que pirateava os jogos da desenvolvedora e os transmitia ao vivo antes das respectivas datas de lançamento.

O streamer Jesse "EveryGameGuru" Keighin revelou à Nintendo ter "mil canais falsos" para transmitir e ameaçou continuar usando-os, dizendo que poderia "fazer isso o dia todo". "Você pode dirigir uma empresa, mas eu dirijo as ruas", escreveu Keighin nas redes sociais na época. Agora, ele foi condenado a pagar US\$ 17.500 (R\$ 94.227,00 em conversão direta) em indenização.

O processo teve início em novembro do ano passado; Keighin foi intimado judicialmente por um tribunal de Colorado, nos Estados Unidos, após transmitir títulos como The Legend of Zelda: Echoes of Wisdom, Super Mario Party Jamboree e Mario & Luigi: Brotherhood e informar aos telespectadores como obtê-los gratuitamente.

De acordo com o processo, Keighin obteve e transmitiu jogos vazados da Nintendo pelo menos 50 vezes desde 2022, além de ter fornecido links para os emuladores Yuzu e Ryujinx aos espectadores. A Nintendo alegou que essas ações constituem "tráfico" de "dispositivos de burla" ilegais e insistiu que causaram "milhões de dólares" em danos por meio da "perda de vendas de videogames".

De acordo com o TorrentFreak, no entanto, o tribunal não concordou em emitir uma liminar contra "terceiros" anônimos ou ordenar a "destruição" dos dispositivos que Keighin usa para burlar os sistemas de segurança da Nintendo, dizendo que a demanda era "pouco clara" e "irracional" pela falta de entendimento sobre quem eram esses terceiros ou quais eram especificamente os dispositivos.

Entretanto, foi concedida uma liminar contra Keighin que o impede de "violar as obras protegidas por **direitos** autorais da Nintendo, incluindo streaming, emuladores de Switch, chaves criptográficas proprietárias da Nintendo ou outros softwares ou tecnologias que contornam as medidas de proteção tecnológica da Nintendo".

Keighin supostamente não preparou uma defesa nem quaisquer objeções para a sentença, que foi definitiva.

*Matéria traduzida e adaptada por Maria Eduarda Cury.

Inscreva-se no canal do IGN Brasil no YouTube e visite as nossas páginas no Facebook, Twitter, Instagram e Twitch! | Siga Maria Eduarda Cury no Instagram, X e Bluesky.

Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"



Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema 914, publicada em outubro de 2025, chacoalhou o mercado de entretenimento digital ao validar a ampliação da CIDE-Tecnologia. A contribuição de 10% sobre remessas ao exterior, que incide sobre royalties, licenças e serviços técnicos, gerou um impacto fiscal imediato e bilionário nas contas das gigantes do streaming.

A Netflix foi a primeira a sentir o peso da decisão, anunciando em seu balanço global um ajuste contábil de US\$ 619 milhões (cerca de R\$ 3,3 bilhões) diretamente ligado ao veredito. O anúncio derrubou as ações da empresa em Nova York e reacendeu a discussão sobre o já elevado "Custo Brasil". O acórdão publicado em 16 de outubro de 2025 confirma a constitucionalidade da CIDE, que remonta à Lei 10.168/2000 e foi ampliada para abranger pagamentos por transferência de tecnologia e assistência administrativa. Com a porta aberta, a Receita Federal pode agora cobrar valores represados, gerando uma onda de reavaliações fiscais para empresas digitais como Amazon, Google e Spotify.

O modelo de negócios da Netflix, que depende de contratos internacionais para licenciamento de conteúdo, tecnologia de streaming e suporte técnico, é diretamente afetado. Pagamentos a subsidiárias estrangeiras, que remuneram por conhecimento ou

propriedade intelectual, passam a ser tributados pela CIDE e, em muitos casos, também pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O tributarista e professor universitário André Charone afirma que a medida "muda as regras do jogo" para as plataformas. Segundo ele, o mercado internacional recebe o sinal de que o Brasil passará a cobrar sobre qualquer operação que envolva tecnologia ou **propriedade** intelectual. Essa nova leitura exige que as plataformas revisem contratos e margens, o que pode se traduzir em reajustes de preço para o consumidor final.

A CIDE se soma a outros tributos que já pesam sobre o setor, como o ISS, elevando a carga tributária efetiva do país para as empresas de tecnologia. Charone observa que o sistema brasileiro continua "complexo, redundante e pouco previsível", afetando a competitividade em um mercado globalizado.

Embora o governo celebre a decisão como uma vitória que destina mais recursos para ciência e tecnologia, o sentimento no setor privado é de apreensão. Escritórios de advocacia relatam planos de contingência em multinacionais, e tributaristas questionam a segurança jurídica. "Quando uma decisão muda o entendimento de contratos em vigor há anos, cria-se um precedente perigoso. O investidor internacional passa a ver o Brasil como um terreno instável", resume Charone. A expectativa para 2026 é de aumento nos litígios tributários digitais, com o impacto se espalhando do streaming para fintechs, marketplaces e empresas de software. O país, ao reafirmar seu direito de tributar empresas globais, reacende um debate crucial: como equilibrar arrecadação e competitividade em um cenário de economia digital.

Continuação: Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"

Foto: Divulgação/Freepik

Para mais informações sobre plataformas streaming

...

Entre para o nosso grupo de notícias no

Quem somos

Getty e Perplexity assinam acordo para impulsionar recursos de busca de imagens com IA

A Perplexity exibirá imagens da em suas ferramentas de busca e descoberta com IA, em um acordo plurianual que impulsionou as ações da empresa de conteúdo visual em 5% nesta sexta-feira.

O acordo é o mais recente exemplo de parcerias de licenciamento entre startups de IA e plataformas digitais, que buscam criar novas fontes de receita e, ao mesmo tempo, proteger sua **propriedade** intelectual.

A Getty fornecerá recursos visuais para a Perplexity por meio de uma integração de API que permitirá à plataforma de IA extrair imagens licenciadas diretamente de sua biblioteca de imagens, dando aos usuários acesso a conteúdo premium com a devida atribuição.

A Perplexity também planeja incluir créditos de imagem e links para as fontes, a fim de divulgar o uso legal adequado do conteúdo licenciado.

O uso de conteúdo protegido por **direitos** autorais por empresas de IA tem atraído crescente atenção e gerado processos judiciais. A Getty, que também licencia conteúdo para plataformas como iStock e Unsplash, já processou a Stability AI por extração ilegal de imagens.

A Perplexity também enfrentou vários processos judiciais por violação de **direitos** autorais movidos por editoras importantes, incluindo os jornais japoneses Nikkei e Asahi Shimbun, e desde então adotou um modelo de compartilhamento de receita, firmando parcerias com veículos como TIME, Der Spiegel e outros.

Empresas de IA estão fechando acordos de licenciamento mesmo enquanto enfrentam processos judiciais sobre uso justo, uma medida que pode enfraquecer sua própria defesa legal, disse Mark Lemley, diretor do Programa de Direito, Ciência e Tecnologia de Stanford.

"Empresas de IA acabarão pagando a algumas entidades, como a Getty, que possuem grandes coleções de conteúdo de alta qualidade. Mas o modelo de licenciamento não funcionará para todo o conteúdo da **internet**, porque o treinamento depende de muitas entradas."

O acordo de licenciamento surge na sequência dos esforços da Getty para apoiar a criatividade impulsionada por IA, permitindo que os usuários gerem recursos visuais com segurança usando conteúdo licenciado em ferramentas generativas de IA.

Inpi emite registro de indicação geográfica para ostra do Paraná

ÚLTIMAS



Cafés e queijos são os produtos com mais registros de indicação geográfica no Brasil, que contabiliza um total de 145 reconhecimentos

As ostras de Cabaraquara, no litoral do Paraná, tornaram-se o segundo fruto do mar brasileiro a conquistar um registro de **indicação** geográfica (IG) emitido pelo Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual (**Inpi**). Até então, apenas o camarão de Costa Negra (CE) ostentava um selo do tipo.

Apesar do Brasil contabilizar 145 reconhecimentos de IGs, a maior parte segue atrelada a segmentos mais cristalizados como produção nacional no imaginário do país. Cafés ocupam disparados a primeira posição na quantidade de registros, seguidos pelo queijo.

"Nós temos condições de ter outros produtos [do mar] com reconhecimento", afirma a consultora de negócios do Sebrae/PR (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná), Catiane Santos. "O que a gente precisa é olhar com um pouquinho mais de atenção e com um pouquinho mais de carinho para a nossa produção pesqueira."

Como são as ostras de Cabaraquara

Localizada no município de Guaratuba, Ca-

baraquara é uma região de mata atlântica próxima ao mar. Na comunidade, 10 produtores de ostras organizaram-se para buscar o selo de IG que reconhece a qualidade de sua produção.

"São produtores familiares, com distintos níveis de estruturação. Tem aqueles que estão um pouco maiores, mais estruturados e que inclusive tem a sua produção e tem restaurante também", explica Catiane Santos. "Tudo se iniciou na década de 1990 e a gente já consegue perceber que os filhos já casaram e estão dando continuidade e trazendo os agregados, genro ou nora, para fazer parte da comunidade e dar continuidade na produção."

As ostras da região apresentam sabor característico e representam, de acordo com o **INPI**, "sabor leve e adocicado" e se tornaram "uma fonte de renda sustentável e de baixo impacto ambiental para os empreendedores locais".

Com a conquista da IG, a expectativa dos produtores é de um fortalecimento do reconhecimento e da economia da região como um todo. "A indicação tem uma condição de ampliar a visibilidade do município como um todo", afirma Santos, que exemplifica com o caso de Antonina, reconhecia recentemente como capital brasileira da bala de banana.

O que é indicação geográfica

Uma Indicação Geográfica (IG) é um selo oficial de reconhecimento, usado para identificar produtos ou serviços que são originários de um local específico (como uma cidade, região ou país). O registro garante que o produto possui qualidades únicas, uma reputação famosa ou outras características que são diretamente ligadas àquele lugar.

Na prática, o selo de IG protege o nome da região con-

Continuação: Inpi emite registro de indicação geográfica para ostra do Paraná

tra imitações e garante ao consumidor que ele está comprando um produto autêntico e com qualidade diferenciada. Exemplos clássicos no Brasil são o Queijo da Canastra (MG), os vinhos do Vale dos Vinhedos (RS) e o Capim Dourado do Jalapão (TO). No mundo, os mais famosos são o Champanhe (da França) e o queijo Parmesão (da Itália).

As IGs se dividem em duas modalidades:

A Indicação de Procedência (IP) é utilizada para reconhecer o nome de uma região que se tornou am-

plamente conhecida pela produção de um certo item ou pela prestação de um serviço.

Já a Denominação de Origem (DO) é uma categoria mais restrita, que exige uma comprovação técnica de que as qualidades únicas do produto são resultado direto e exclusivo daquele ambiente geográfico (incluindo fatores naturais e humanos).

O selo concedido às ostras de Cabaraquara é de IP.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5, 11, 13, 14

Inovação
3

Marco regulatório | INPI
7, 14

Propriedade Industrial
7

Direitos Autorais
10, 13

Denominação de Origem
14